

Para tornar menos fechada a economia brasileira

Ainda que de maneira tímida, a política aduaneira brasileira vem sendo adaptada às exigências de nosso tempo. Em julho do ano passado o governo reduziu de maneira significativa as tarifas que incidiam sobre determinados itens de nossa pauta de importação e abriu a possibilidade de entrada no país de produtos antes proibidos. Um novo conjunto de medidas nessa linha deve entrar em vigor no próximo dia 1º de julho, conforme anúncio da secretária executiva da Comissão de Política Aduaneira (CPA), Heloísa Camargo Moreira.

Trata-se de nova tentativa de tornar menos fechada — falar em **mais aberta** seria exagero — a economia brasileira. Desta vez o objetivo é facilitar a importação de insumos industriais, especialmente para os setores siderúrgico, químico e eletroeletrônico. Também as indústrias têxteis serão beneficiadas, com a redução das tarifas de importação de máquinas e equipamentos.

A intenção da CPA, diz sua secretária executiva, é adotar taxas que impeçam aquilo que ela chama de "concorrência externa predatória" e, ao mesmo tempo, estimulem a indústria brasileira a buscar melhores condições de competir. O segundo objetivo fica claro no caso das indústrias têxteis: sem a importação de novos equipamentos, elas correm o perigo de se tornarem obsoletas e, assim, serem liquidadas pelas concorrentes do exterior. O primeiro será atingido com a imposição de tarifas que protejam alguns setores da indústria brasileira da concorrência externa.

Essas mudanças são, como dissemos, tímidas, pois não bastam para romper o quadro de fechamento da economia brasileira. No ano passado o Brasil importou um total de 14,6 bilhões, 5,2% menos do que comprara do resto do mundo cinco anos antes (US\$ 15,4 bilhões em 1983). É necessário reconhecer que essa queda se deveu basicamente à redução das importações de combustíveis e minerais (especialmente petróleo), cujos gastos caíram de US\$ 8,6 bilhões em 1983 para US\$ 4,1 bilhões no ano passado. O crescimento das demais importações, entretanto, não foi bastante para compensar essa redução.

Dos itens que compõem nossa pauta de importações, o de bens de capital foi o que apresentou um dos maiores crescimentos no ano passado em relação ao precedente. De um total de US\$ 3,96 bilhões importados sob essa rubrica em 1987, passou-se para US\$ 4,20 bilhões em 1988, com aumento, portanto, de 6,1%. Esse aumento poderia sugerir investimentos na necessária modernização do parque industrial brasileiro. Mas não é o que ocorre. "Na verdade, em grande parcela, as importações tratadas como bens de capital são componentes, peças de reposição, partes e acessórios, não bens finais de produção", observa Hugo Faria, do Grupo de Acompanhamento Conjuntural da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior.

As importações globais do país representam menos de 5% de seu Produto Interno Bruto, índice muito baixo para uma economia que se pretenda moderna e integrada aos padrões contemporâneos. Na raiz desse problema está o vazio nacionalista que pretendeu considerar o mercado interno um "patrimônio" nacional. Há também outras formas de resistência à maior abertura da economia brasileira — e, conseqüentemente, à maior liberalização das importações —, que partem dos setores até agora protegidos e que ainda temem a concorrência dos produtos importados.

A proteção de um determinado segmento, contudo, resulta na desproteção do consumidor ou do usuário do bem ou do serviço produzido sob esse regime, pois certamente o resultado será a qualidade pior, com custos maiores. Acaaba-se pagando mais por um produto pior e mais atrasado do ponto de vista tecnológico.

A abertura do mercado às importações é o instrumento adequado para que as empresas brasileiras sejam estimuladas a competir com os produtos estrangeiros e, por conseguinte, invistam na sua modernização. Só assim se poderá conseguir produtos com poder de competitividade internacional suficiente para assegurar ao Brasil a fatia do mercado mundial indispensável para o seu progresso. Do contrário, poderemos ser condenados ao retorno à condição de exportadores de produtos primários.

Ao lado da inevitável modernização do parque produtivo que uma abertura do mercado promoverá, há ainda outro fator positivo que advirá da liberalização das importações. Trata-se da absorção de novas tecnologias. Ocorre hoje, nos países avançados, uma verdadeira revolução nas áreas de microeletrônica, biotecnologia, química fina, numa repetição — é claro que com outras características e em outras circunstâncias — da revolução industrial e de outros fenômenos que revigoram a economia de mercado. Para entrar no circuito de difusão, reprodução e desenvolvimento dessas inovações, é preciso saber o que elas são, onde se aplicam, que vantagens têm. E isso só é possível conhecendo-se os produtos que resultam delas, isto é, abrindo-se a economia.

Para a maioria dos empresários da indústria brasileira, o país já perdeu esta década. Em termos **per capita**, a indústria brasileira produz hoje menos do que produzia no início dos anos 80. O desempenho recente da indústria não justifica nenhum entusiasmo.

Coloca-se, hoje, para todo homem de bom senso que tenha alguma parcela de responsabilidade neste país a grande questão da modernização da economia brasileira, para que se possa retomar o processo de crescimento contínuo e fundado em bases sólidas. Uma face dessa questão mostra-nos a necessidade de maior abertura ao exterior, para obtermos, ao mesmo tempo, tecnologias novas e capital, bens hoje mais escassos do que naturalmente são. Há, e essa é outra face do problema, um constrangimento interno que só um grande esforço político nacional conseguirá romper: a existência de um setor público desorganizado que absorve fatias cada vez maiores da poupança particular, agravando um quadro de estagnação já por si demasiado grave para um país que precisa crescer anualmente a taxas de 6%, 7%, mas corre o risco de não conseguir sair do lugar.